

DOI: 10.46943/XI.CONEDU.2025.GT21.004

## **QUALIDADE DA EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO: REVISÃO TEÓRICA E PERSPECTIVAS CONTEMPORÂNEAS NO MARANHÃO**

Luiza Helena Pinheiro Everton<sup>1</sup>  
Rodrigo Gustavo de Souza<sup>2</sup>

### **RESUMO**

Este trabalho analisa a relação entre educação e desenvolvimento econômico, enfatizando o papel do investimento em educação como fator crucial para o crescimento econômico e a melhoria da qualidade de vida. O referencial teórico-metodológico apoia-se em autores como Bresser-Pereira, que define o desenvolvimento econômico como um processo histórico associado à acumulação de capital e ao avanço técnico, e Schultz, precursor da Teoria do Capital Humano, que destaca a educação como um investimento capaz de elevar a produtividade e a renda. O estudo também investigou o impacto do ensino integral no desenvolvimento regional, com ênfase no Maranhão, onde políticas públicas têm expandido a jornada escolar para aprimorar o desempenho educacional. Os resultados sugerem que o ensino integral pode reduzir desigualdades socioeconômicas e impulsionar o desenvolvimento econômico, embora persistam desafios como infraestrutura inadequada. Conclui-se que a educação é um pilar indispensável para o desenvolvimento sustentável,

1 Mestranda do Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico (PPGDSE) da Universidade Federal do Maranhão - UFMA, luiza .pinheiro@discente.ufma .br;

2 <sup>2</sup> Doutor em Economia, professor adjunto do curso de Economia e Coordenador do programa da pósgraduação em Desenvolvimento Socioeconômico (PPGDSE) na Universidade Federal do Maranhão - UFMA, rodrigo.gustavo@ufma .br;

demandando investimentos contínuos e políticas públicas eficientes para superar as barreiras existentes e promover transformações sociais e econômicas significativas. A pesquisa reforça a necessidade de ações integradas que garantam acesso a uma educação de qualidade, visando não apenas o crescimento econômico, mas também a redução das desigualdades e a promoção do bem-estar social para que assim seja alcançado o desenvolvimento.

**Palavras-chave:** Educação, Desenvolvimento Econômico, Capital Humano, Ensino Integral.

## INTRODUÇÃO

A discussão sobre o conceito de desenvolvimento econômico, dada a sua complexidade e multidimensionalidade, tem sido objeto de estudo de diferentes correntes teóricas ao longo do tempo. O tema assume relevância crescente diante da necessidade de compreender os fatores que impulsionam o crescimento de uma nação e garantem a melhoria das condições de vida da população. Entre esses fatores, destaca-se o papel da educação como elemento estruturante do processo de desenvolvimento, ao promover a qualificação da força de trabalho, o aumento da produtividade e a ampliação das oportunidades sociais.

De acordo com Bresser-Pereira (2006), compreende-se o desenvolvimento econômico como um processo histórico que ocorre nos países ou estados-nação que passam por uma revolução capitalista, caracterizada pelo aumento da produtividade ou da renda per capita, acompanhado por um processo de acumulação de capital integrado com o progresso técnico.

Segundo o autor, uma vez que o processo de desenvolvimento econômico é iniciado tende a se tornar relativamente autossustentado, pois, os mecanismos de mercado envolvem incentivos que promovem o contínuo aumento do estoque de capital e conhecimento técnico. Entretanto, as taxas de desenvolvimento variam substancialmente conforme a capacidade de cada nação em mobilizar seu estado e sua principal instituição econômica, o mercado, para impulsionar o desenvolvimento. Entende-se, a partir desta perspectiva, que existem dois fatores essenciais para determinar o desenvolvimento econômico: a taxa de acumulação de capital em relação ao produto nacional e a capacidade de incorporar o progresso técnico à produção (Bresser-Pereira, 2006).

Sob essa ótica, a educação surge como variável estratégica para o desenvolvimento, na medida em que possibilita o avanço técnico e científico e forma capital humano capaz de responder às demandas do sistema produtivo. A Teoria do Capital Humano, formulada por Schultz (1961) e

Becker (1964), reforça essa ideia ao compreender a educação como um investimento que aumenta a produtividade individual e coletiva, com reflexos diretos sobre a renda e o bem-estar social.

A partir deste contexto, entende-se o avanço educacional como um dos fatores que possibilitam alavancar o desenvolvimento econômico de uma nação, pois é por meio do investimento em educação, que se torna viável uma maior qualificação mão de obra visando atender as demandas do mercado, e, conseqüente contribuir para o aumento da renda e melhoria da qualidade de vida da população.

De acordo com Lopes, Santos e Alencar (2023), nações que implementaram políticas públicas de investimento contínuo em educação alcançaram um nível elevado de desenvolvimento econômico, resultando em melhorias significativas na qualidade de vida, com aumentos salariais e maior distribuição de renda.

Nesse contexto, destaca-se a relevância das políticas educacionais voltadas à oferta de uma educação de qualidade para toda a população, como é o caso do modelo de ensino integral. Por meio da jornada ampliada, busca-se oferecer uma formação integral aos estudantes, considerando ainda o desenvolvimento de competências cognitivas e socioemocionais.

A escolha do Maranhão como objeto de análise justifica-se por em razão dos empecilhos socioeconômicos e educacionais existentes no estado, tendo em vista o baixo desempenho entre os indicadores de renda, pobreza e qualidade educacional. Em 2022, o Maranhão apresentou o menor PIB per capita do país, de R\$ 20.633, além da elevada taxa de pobreza. No campo educacional, o estado também figura entre os de menor desempenho no Ideb. Em 2023, o Maranhão possuía o terceiro menor valor para o Ideb na etapa do ensino médio.

Diante disso, o presente trabalho tem como objetivo analisar a relação entre educação e desenvolvimento econômico, considerando ainda a contribuição do ensino integral para melhoria da qualidade educacional. Para tanto, são utilizadas informações das 27 unidades da Federação,

abrangendo indicadores educacionais e econômicos, tais como: a proporção de matrículas em tempo integral, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).

Assim, ao articular fundamentos teóricos e evidências empíricas, este estudo busca compreender a relação de uma maior qualidade educacional, associada ao modelo de ensino integral, com as desigualdades socioeconômicas observadas entre as unidades da Federação.

## **METODOLOGIA**

Os dados utilizados neste estudo são provenientes de instituições oficiais, que reúnem estatísticas educacionais e socioeconômicas para todas as unidades da Federação. As informações se referem ao ano de 2023, por se tratar do período mais recente divulgado para os dados selecionados.

Como indicadores educacionais, foram utilizados a proporção de matrículas em tempo integral no ensino médio e o Ideb para a etapa do ensino médio regular para todas as unidades da Federação, disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

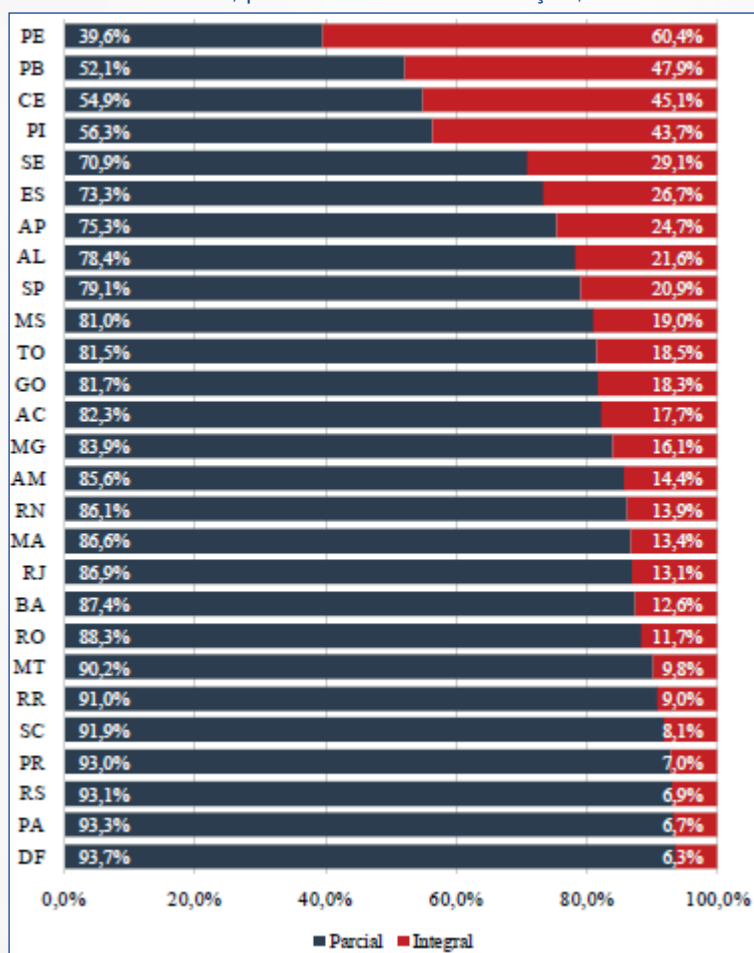
O Ideb é considerado um dos principais indicadores de qualidade da educação básica no Brasil, sendo calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar obtidos no Censo Escolar e das médias de desempenho no Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb). A proporção de matrículas em tempo integral, por sua vez, reflete a implementação de políticas de ampliação da jornada escolar e serve, neste estudo, como variável explicativa para avaliar os possíveis efeitos do ensino integral sobre os resultados educacionais.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

O gráfico 1 apresenta a proporção de matrículas em tempo integral no ensino médio em 2023, por unidades da Federação. Nota-se que os

5 estados com maior proporção alunos matriculados nesse modelo de ensino são da região Nordeste do Brasil, com destaque para Pernambuco (60,4%), Paraíba (47,9%), Ceará (45,1%), Piauí (43,7%) e Sergipe (29,1). Por outra perspectiva, o Distrito Federal (6,3%), Pará (6,7%) e Rio Grande do Sul (6,9%) exibiram menor proporção de matrículas no modelo de ensino integral no nível médio.

**Gráfico 1** – Distribuição percentual das matrículas em tempo parcial e integral no ensino médio, por unidades da Federação, em 2023.

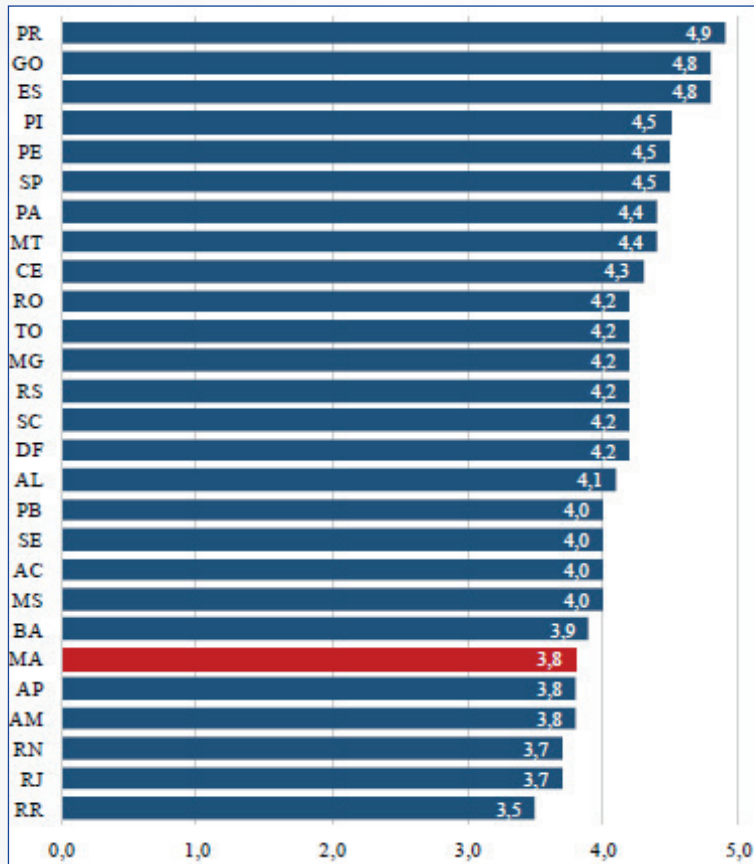


Fonte: Inep (2023).

A partir da análise da distribuição das matrículas em tempo integral, é possível avançar para a avaliação dos resultados educacionais obtidos

pelos estados. O gráfico 2 apresenta os valores do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) para a etapa do ensino médio em 2023, permitindo observar possíveis diferenças de desempenho entre as unidades da Federação.

**Gráfico 2** - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) do ensino médio, por unidades da federação, em 2023.



Fonte: Inep (2023).

Por meio do gráfico 2, verifica-se que os estados que exibiram ao menos 40% do total de matrículas do ensino médio no modelo de ensino integral, como é o caso de Piauí (4,5), Pernambuco (4,5), Ceará (4,3) e Paraíba (4,0), figuram entre aqueles com notas superiores ou iguais a 4,0 para o Ideb em 2023. Essa correspondência indica uma possível relação

positiva entre este modelo de ensino e um ganho de desempenho educacional, especialmente na região Nordeste.

Em contraste, na extremidade inferior do gráfico 2, destacam-se negativamente os estados de Roraima, com 3,5 pontos, Rio de Janeiro e Rio Grande do Norte, ambos com 3,7 pontos, seguidos por Amazonas, Amapá e Maranhão, que registraram 3,8 pontos no Ideb do ensino médio em 2023. Esses resultados indicam a persistência de disparidades significativas entre as unidades da Federação, revelando que parte dos estados ainda enfrenta dificuldades estruturais para alcançar níveis mais elevados de qualidade educacional.

Entretanto, compreender tais diferenças requer uma análise que vá além dos indicadores educacionais, incorporando também fatores econômicos e sociais. O desempenho escolar não é determinado apenas pela qualidade do sistema de ensino ofertado, mas está intrinsecamente ligado ao contexto socioeconômico em que os estudantes estão inseridos. Questões como renda, pobreza e desigualdade influenciam diretamente as condições de acesso, permanência e aprendizagem, o que torna indispensável observar o ambiente social e econômico ao interpretar os resultados educacionais.

Nessa perspectiva, torna-se necessário recorrer aos fundamentos teóricos que explicam a relação entre educação e desenvolvimento, especialmente àqueles que reconhecem o conhecimento e a formação como formas de capital produtivo. A Teoria do Capital Humano sugere que a melhoria do bem-estar, sobretudo em contextos de vulnerabilidade, não depende prioritariamente de recursos materiais, como terras, máquinas ou energia, mas do desenvolvimento do conhecimento. Nesse contexto, destaca-se que as habilidades individuais são adquiridas e aprimoradas por meio da educação e da qualificação profissional (Silva; Silva; Neto, 2016).

Associa-se, portanto, a educação ao desenvolvimento econômico de uma região, considerando que os benefícios ocasionados por um maior nível educacional geram efeitos positivos de maneira direta ou indireta na

sociedade, pois o conhecimento seja político, ético, moral ou social tendem a proporcionar maior bem-estar coletivo (Viana; Lima, 2010).

Nesse sentido, a teoria desenvolvida por Schultz (1973) enfatiza que, para ocorrer o crescimento do capital humano, é necessária a intervenção do poder público, em razão da sua capacidade de provocar um planejamento educacional que vise suprimir as desigualdades sociais, uma vez que, ainda que a iniciativa privada possa executar planos de ensino, estes atendem um menor número de indivíduos e é inacessível a maior parte da população.

O Estado deve atentar-se a relevância do investimento em educação, visando prover a sociedade melhor qualidade de vida, distribuição de renda, aumento salarial, entre outros fatores associados ao desenvolvimento socioeconômico (Barros; Mendonça, 1997). Nesse sentido, a Constituição Federal de 1988 afirma a educação como um direito de todo cidadão e dever do Estado, sendo um meio para atingir “o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Brasil, 1988, art. 205°).

A partir da segunda metade do século XX, observa-se no Brasil a implementação de políticas educacionais concebidas para o modelo capitalista de educação fundamentadas no conceito de capital humano. Cabe ressaltar a predominância de modelos educacionais padronizados que careciam de uma abordagem humanística voltada para o desenvolvimento integral do educando enquanto ser social e político. Em vez disso, os referenciais são majoritariamente econômicos, definidos por rankings de países organizados de acordo com seu nível de desenvolvimento e domínio do conhecimento. Assim, a política econômica guiada pelo capital internacional consolidou a ideia de que a qualificação do capital humano, promovida pelas instituições escolares, seria o principal caminho para alcançar a ascensão social (Silva; Silva; Neto, 2016).

Dessa forma, ao considerar a teoria do capital humano, entende-se o desenvolvimento econômico pode ser definido como um processo histórico que é caracterizado pelo aumento da produtividade ou da renda per

capita, tendo em vista o processo de acumulação de capital que ocorre em um sistema capitalista em razão de conceitos como, taxa de lucro, investimento produtivo, trabalho assalariado, consumo, inovação tecnológica, dentre outros (Bresser-Pereira, 2006).

Dentro desse contexto, entende-se o conhecimento e a aquisição de habilidades como uma forma de capital-produto adquirido em razão do investimento-realizado (Silva; Silva; Neto, 2016), que, de acordo com Shultz (1973), está relacionado ao crescimento real dos trabalhadores. Nesse sentido, Frigotto (1993) afirma que as teses que fundamentam o capital humano e seus desdobramentos dessa teoria são aplicáveis a questão educacional.

Existe, portanto, a necessidade de compreender a efetividade de políticas públicas que visam melhorar a educação básica, tendo em vista que, políticas educacionais influenciam a sociedade como um todo, de forma direta ou indireta, por meio de seu efeito transformador na redução de desigualdades e desenvolvimento econômico (Coitinho, 2021).

Para que tais políticas alcancem resultados consistentes, é fundamental compreender o que se entende por qualidade da educação e quais elementos a constituem no âmbito escolar. A qualidade da educação envolve a relação entre recursos materiais e humanos presentes na instituição e na sala de aula, considerando o processo de ensino e as expectativas de aprendizagem dos indivíduos, podendo ser definida a partir do desempenho dos alunos (Dourado; Oliveira; Santos, 2007).

Cabe ressaltar que uma maior eficiência educacional remete ao investimento em capital humano, que é incorporado ao indivíduo por meio do processo de aprendizagem ou da experiência no mercado de trabalho. O investimento em capital humano tem por consequência o desenvolvimento social e regional, em razão do efeito transformador de uma melhor qualidade educacional (Moreira, 2013).

A concepção de qualidade da educação aqui abordada compreende que as condições e insumos para a oferta de um ensino de qualidade devem ser articulados a fim de alcançar uma perspectiva inclusiva de

sociedade. Segundo Santos (1997), a definição de inclusão parte de que: “as pessoas e os grupos sociais têm o direito de seres iguais quando a diferença os inferioriza, e o direito a serem diferentes quando a igualdade os descaracteriza” (Santos, 1997, p. 122).

A ampliação da jornada escolar está inclusa no conjunto de políticas e práticas que tem como objetivo influir na melhoria da qualidade de ensino por meio de uma formação mais completa, ademais, o sistema de ensino integral promove a proteção à crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social (Coelho, 2012), podendo ainda amenizar o efeito de fatores extraescolares no desempenho dos alunos.

Conforme afirma Soares (2007), os fatores extraescolares exercem, de forma geral, uma maior influência no desempenho escolar do aluno. Conforme o modelo conceitual criado pelo autor, as características sociais, a escola, a família e a sociedade são aspectos determinantes no processo de aprendizado.

Nesse sentido, acreditasse no papel central que a escola pode assumir para a construção de um ensino integral que contribua para a diversidade e enriquecimento social, considerando que, com a ampliação da jornada, “o território da educação escolar expande-se para além dos muros da escola, alcançando seu entorno, as comunidades e a cidade em suas múltiplas possibilidades educativas” (CENPEC, 2013, p. 10).

Compreende-se a educação integral como um modelo de ensino capaz de corresponder as mudanças qualitativas e quantitativas sofridas pela educação brasileira ao longo dos anos por meio da ampliação do tempo escolar e na necessidade de atentar para o desenvolvimento das diversas dimensões do ser humano como um todo (Moll *et al.*, 2012). Esta perspectiva é fundamentada em pressupostos de direitos básicos da educação, o acesso ao público, gratuito e de qualidade (Dutra; Moll, 2018).

No Brasil, as iniciativas com modelos de ensino integral não são recentes. Os primeiros exemplos de aplicação do ensino integral remetem ao início do século passado (Moehlecke, 2018). Apesar disso, percebe-se uma maior implementação de programas de educação integral somente nas

últimas duas décadas, quando esse modo de ensino se tornou prioridade nas políticas públicas educacionais (Castanho; Mancini, 2016).

A recente prioridade para este modelo de ensino tem sido defendida como uma política tanto para elevar a qualidade da educação, a fim de aprimorar o aprendizado, quanto para promover a equidade, partido do pressuposto de que uma educação integral pode mitigar os efeitos das desigualdades sociais sobre as desigualdades educacionais (Moehlecke, 2018).

O resultado do Ideb da rede pública do Maranhão nos últimos anos provoca discussões a respeito dos fatores determinantes para um maior desempenho escolar e, por conseguinte, melhor qualidade educacional. Dentre os fatores que tendem a influenciar o ensino, ressalta-se as características associadas ao ambiente escolar (infraestrutura, corpo docente, recursos e gestão educacional) e o contexto socioeconômico que o aluno está inserido (aspectos relacionados ao âmbito familiar, social, cultural e econômico). Dessa forma, o efeito escola pode estar associado as diversas dimensões da escola, turma, recursos, tempo, características do indivíduo, dentre outros fatores (Gandra, 2017).

Tendo em vista a relevância da qualidade educacional e sua relação com o desenvolvimento econômico e visando oferecer uma educação de qualidade e diversificada, a rede pública do Maranhão tem cada vez mais recorrido a ampliação da jornada escolar nas escolas do estado, especialmente no ensino médio. De acordo com Maciel (2011):

*A justificativa do governo maranhense para implantação do Ensino Médio Integrado foi a de que os homens despertaram para a importância da educação como necessidade proeminente para viverem com plenitude, como cidadãos envolvidos na sociedade. Também o fato das transformações tecnológicas que permeiam o mundo atual apontarem para mudanças tanto na estrutura, quanto a dinâmica do mercado de trabalho [...] (Maciel, 2011, p. 85).*

No país, o principal indicador referente a qualidade de ensino é o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). O indicador reúne

informações de rendimento escolar, oriundos da base de dados do Censo Escolar, e de desempenho, que são obtidas por meio do Sistema Educacional de Avaliação Básica (Saeb) (Fernandes, 2007), sendo amplamente utilizado em estudos que visam analisar o desempenho estudantil na educação básica.

No que tange ao desempenho da educação pública no Maranhão, o resultado do Ideb no estado não tem sido satisfatório, considerando as metas bienais de qualidade a serem atingidas nas escolas, municípios e unidades da Federação, a fim de atingir a meta nacional. Cabe ressaltar que, desde 2013, o estado do Maranhão não tem atingido a meta do Ideb estipulada para o ensino médio nas escolas públicas (QEdu, 2021).

Sendo assim, é relevante destacar a importância de avaliar a efetividade de políticas públicas que possuem como objetivo a melhora da qualidade educacional, uma vez que se considera a educação integral como ação transformadora capaz de responder as necessidades de mudanças quantitativa e qualitativa do ensino brasileiro, partido do pressuposto que, por meio da ampliação do tempo escolar, torna-se possível atuar na educação em múltiplas dimensões, que podem abranger tanto a esfera social quanto a individual (Dutra; Moll, 2018). Essas mudanças influenciam a sociedade como um todo, de forma direta ou indireta, por meio de seu efeito transformador na redução de desigualdades e desenvolvimento econômico (Coitinho, 2021).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A análise teórica e empírica apresentada neste trabalho reforça a educação como elemento estruturante do desenvolvimento econômico e social, em consonância com os fundamentos da Teoria do Capital Humano. Os resultados indicam que o investimento educacional, quando associado à ampliação da jornada escolar e a políticas de qualidade, pode gerar efeitos positivos sobre a produtividade, a renda e o bem-estar cole-

tivo, configurando-se como um dos principais vetores de transformação estrutural no longo prazo.

No caso do Maranhão, as evidências analisadas indicam avanços pontuais na implementação do ensino integral, mas persistem desafios relacionados ao baixo desempenho escolar e à desigualdade socioeconômica. Esses obstáculos reforçam a importância de políticas públicas contínuas e integradas, capazes de transformar o aumento do tempo escolar em tempo efetivo de aprendizagem, e de vincular a educação a um projeto de desenvolvimento regional mais abrangente.

Do ponto de vista teórico, este estudo confirma a relevância das formulações de Schultz (1961) e Becker (1964) ao destacar a educação como investimento produtivo, e dialoga com Bresser-Pereira (2006) ao reconhecer o papel da acumulação de conhecimento técnico e científico como fundamento do desenvolvimento autossustentado. Dessa forma, o capital humano, quando fortalecido por meio de políticas educacionais consistentes e inclusivas, pode atuar como aspecto essencial para o progresso econômico e social.

Por fim, destaca-se a necessidade de estudos mais aprofundados que analisem a efetividade das políticas de ensino integral sob diferentes dimensões, dada a amplo efeito da educação sob os indivíduos, bem como pesquisas de caráter quantitativo que permitam avaliar, de forma mais precisa, os impactos de longo prazo da educação integral sobre o desempenho dos estudantes e o desenvolvimento regional. Investigações futuras poderão contribuir para o aperfeiçoamento das políticas públicas educacionais, oferecendo subsídios teóricos e empíricos para a consolidação de uma educação mais equitativa e promotora do bem estar social.

## REFERÊNCIAS

BARROS, Ricardo Paes de; MENDONÇA, Rosane Silva Pinto de. **Investimentos em Educação e Desenvolvimento Econômico**. n. 525. Rio de Janeiro: IPEA, 1997. Disponível em: [https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td\\_0525.pdf](https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_0525.pdf). Acesso em: 1 out. 2025.

BECKER, Gary. **Human capital a theoretical and empirical analysis, with special reference to educations**. New York: Columbia University Press, 1964. Disponível em: <https://www.nber.org/books-and-chapters/human-capital-theoretical-and-empirical-analysis-special-reference-education-first-edition>. Acesso em: 2 set. 2025.

BLAUG, Mark. **The methodology of economics**: Or how economist explain. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 1 set. 2025.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **O Conceito histórico de desenvolvimento econômico**, São Paulo: Texto para Discussão FGV/EESP 157, 2006.

CASTANHO, Marisa Irene Siqueira; MANCINI, Silvana Gomes. **Educação integral no Brasil**: potencialidades e limites em produções acadêmicas sobre análise de experiências. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, Fundação CESGRANRIO, v. 24, n. 90, p. 225-248, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362016000100010>. Acesso em: 10 set. 2025.

CENPEC. **Percursos da educação integral**: em busca da qualidade e da equidade. São Paulo: Fundação Itaú Social - Unicef, 2013. Disponível em: [https://www.itausocial.org.br/wpcontent/uploads/2018/05/15percursoseducintegral\\_1510177260.pdf](https://www.itausocial.org.br/wpcontent/uploads/2018/05/15percursoseducintegral_1510177260.pdf). Acesso em: 30 set. 2025.

COELHO, Lígia Martha C. da C. Alunos no ensino fundamental, ampliação da jornada escolar e educação integral. **Educar em Revista**, Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná, n. 45, p. 73-89, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40602012000300006>. Acesso em: 1 out. 2025.

COITINHO, Renato Costa. **Avaliação do impacto do ensino em tempo integral**: uma análise do programa novo mais educação. Dissertação (Mestrado em Economia) - Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa - IDP, Brasília, 2021.

DUTRA, Thiago; MOLL, Jaqueline. **A educação integral no Brasil**: uma análise histórico-sociológica. *Revista Prática Docente*. V. 3, n. 2, p. 813-829, 2018.

FERNANDES, Reynaldo. **Índice de desenvolvimento da educação básica (Ideb)**: metas intermediárias para a sua trajetória no Brasil, estados, municípios e escolas. Brasil: INEP/MEC, 2007. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/portaI\\_ideb/o\\_que\\_sao\\_as\\_metas/Artigo\\_projecoes.pdf](https://download.inep.gov.br/educacao_basica/portaI_ideb/o_que_sao_as_metas/Artigo_projecoes.pdf). Acesso em: 2 out. 2025.

GANDRA, Juliana Mara de Fátima Viana. **O impacto da educação em tempo integral no desempenho escolar**: uma avaliação do mais educação. Dissertação (Mestrado em Economia) - UFV, Viçosa, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Síntese de Indicadores Sociais**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html>. Acesso em: 30 jul. 2025.

LOPES, Arleson Eduardo Monte Palma; SANTOS, José Nazareno Araujo dos; ALENCAR, Douglas. **Contribuição da educação para o desenvolvimento econômico**: reflexões teóricas. Cadernos CEPEC, v. 11, n. 2, ago. 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/cepec/article/view/14792>. Acesso em: 20 set. 2025.

MACIEL, Lindalva Martins Maia. **Ensino médio integrado no Maranhão**: concepção, possibilidades e desafios. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista "Júlio Mesquita Filho" (UNESP). Programa de Pós-Graduação em Educação. Marília/SP, 2011.

MARANHÃO. Secretaria de Estado da Educação. **Ensino Médio Integrado à Educação Profissional**. São Luís: Secretaria de Estado da Educação, 2007.

MENEZES-FILHO, Naércio Aquino. **Os determinantes do desempenho escolar do Brasil**, IFB, 2007.

MOEHLECKE, Sabrina. **Tendências do acesso à educação integral no Brasil**: percursos dissonantes na educação básica. Revista online de Política e Gestão Educacional, v. 22, n. 3, p. 1297-1312, 2018. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/12013>. Acesso em: 20 set. 2025.

MOLL, Jaqueline et al. **Caminhos da educação integral no Brasil**: direito a outros tempos e espaços educativos. Porto Alegre: Penso, 2012.

MOREIRA, Kayline da Silva Gomes. **Determinantes do Desempenho Escolar no Rio Grande do Sul**: uma análise a partir de modelos hierárquicos. (Mestrado em Economia do Desenvolvimento) - PUCRS, Porto Alegre, 2013.

QEDU. **Metas**. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb/metas>. Acesso em: 9 set. 2025.

SCHULTZ, Theodore. **O capital humano**: investindo em educação e pesquisa. Rio de Janeiro: Zahar Ed, 1973.

SILVA, Lamara; SILVA, Claudia; NETO, Antonio. **Teoria do capital humano, educação, desenvolvimento econômico e suas implicações na formação de professores**. Revista Principia - Divulgação Científica e Tecnológica do IFPB, v. 1, p. 35, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ifpb.edu.br/index.php/principia/article/view/1070>. Acesso em: 10 set. 2025.

SOARES, José Francisco. Melhoria do desempenho cognitivo dos alunos do ensino fundamental. **Cadernos de Pesquisa**, Fundação Carlos Chagas, v. 37, n. 130, p. 135- 160, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742007000100007>. Acesso em: 9 set. 2025.

VIANA, Giomar; LIMA, Jandir Ferrera de. **Capital humano e crescimento econômico**. Interações (Campo Grande), Universidade Católica Dom Bosco, v. 11, n. 2, p. 137-148, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1518-70122010000200003>. Acesso em: 2 set. 2025.